

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

ESTUDO DE CASO EM ÁREA DE CONFLITO E COOPERAÇÃO EM CENTRALINA (MG): UM  
OLHAR EMBASADO NA ECONOMIA ECOLÓGICA

**Alvaro Stringhetti Ferreira** (Uniará) - alvaro.s.ferreira@hotmail.com

*Doutorando do Programa desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Uniará/Araraquara. Docente do curso de Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais- Unidade Frutal.*

**Karol Natasha Lourenço Castanheira** (Unesp) - karolnatasha@hotmail.com

*Doutoranda do Programa de Comunicação pela Unesp/Bauru. Docente do curso de Comunicação pela Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Frutal.*

## Resumo Expandido

### Estudo de caso em área de conflito e cooperação em Centralina (MG): um olhar embasado na economia ecológica

Alvaro Stringhetti Ferreira  
Karol Natasha Lourenço Castanheira

Este artigo busca descrever o conflito localizado na Bacia do Rio Piedade e refletir sobre ele a partir de uma perspectiva dialógica entre a economia ecológica, os aspectos legais e as diretrizes do Comitê de Bacia Hidrográfica. Uma das competências dos Comitê de Bacia, conforme o Artigo 38, inciso II da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/96, é a de arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos em sua área de Atuação de maneira deliberativa e descentralizada, tendo a missão de diminuir a distância entre as partes interessadas e constituir um ambiente melhor que possa transformar o conflito em cooperação, podendo obter sucesso na busca de dirimir o problema instaurado. O comitê de bacia envolvido nesse conflito é o CBH Paranaíba, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Nesse sentido, iremos resgatar alguns conceitos sobre a economia ecológica que poderão contribuir para o embasamento teórico e prático das deliberações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Para Daly (1997), a economia ecológica sugere a valoração dos recursos naturais através de uma análise econômica dotado de uma visão pré-analítica, onde o sistema econômico é como um subsistema aberto do ecossistêmica. Assim, ela visa promover a modelagem dos elos ecológicos que determinam as interfaces entre sistemas naturais e econômicos (ou “produtivos”), o que colaboraria para harmonizar os interesses dos envolvidos no conflito da Bacia do Rio Piedade e o desenvolvimento sustentável da região. A bacia em conflito situa-se na parte ocidental do estado de Minas Gerais. A água dentro da bacia tem uso diversificado, estando dividido entre as seguintes demandas: irrigação (agricultura e usinas sucroalcooleiras), geração de energia (usina hidrelétrica), pescadores e piscicultores, uso urbano (moradores da cidade, indústrias e empresa de captação). Assim, com essa gama difundida de usuários, a água tornou-se um recurso escasso em quantidade e pobre em qualidade, tornando a disponibilidade um problema grave para os usuários e para o funcionamento adequado dos ecossistemas ribeirinhos. Esta bacia tem sido severamente afetada por atividades antrópicas. Quase toda a vegetação original foi eliminada para dar espaço a áreas agrícolas durante a década de 1940. A fertilidade dos solos e relevo suave da paisagem tem incentivado as atividades agrícolas que alteram a configuração natural e substituem a vegetação nativa do Cerrado por uma diversidade de produtos agrícolas. A bacia está localizada entre grandes centros urbanos e sua área é limitada por uma rede de estradas regionais importantes, com pesado tráfego, cortando sua secção inferior em sua proximidade com a confluência com o rio Paranaíba. Também a água do rio Piedade é utilizada para gerar energia, já que duas pequenas centrais hidroelétricas estão localizadas no interior da bacia, uma na parte central e a outra na parte inferior. O órgão governamental responsável pela gestão da água no estado de Minas Gerais, o Instituto de Gestão de Água de Minas Gerais (IGAM), exigiu que todos os usuários de água devessem se reunir

em três associações: Alto Piedade (acima do rio afluente Pouso Alegre), Bebedouro (afluente do rio Piedade) e Médio e Baixo Piedade (média e baixa parte da bacia), com o objetivo de organizar a distribuição do volume de água em Outorgas coletivas em que cada parte interessada teria uma descrição do seu / sua possibilidade de uso de água. Um tema importante é a falta de dados atualizados sobre os volumes de água e qualidade da água de modo que o IGAM solicitou que as associações devem medir o fluxo para cada área da divisão acima. A dificuldade em se formar essas Associações tem atrasado os procedimentos de outorga, o que tem deixado o conflito cada vez mais numa zona de desconforto entre as partes. Saliente-se que o órgão outorgante IGAM, encontra-se hoje com uma demanda de mais de 10.000 (dez mil) pedidos de outorga aguardando análise ou algum outro tipo de manifestação do órgão. Por derradeiro, entre as poucas associações criadas, bem como entre os usuários, não há consenso sobre a origem do conflito, sendo que cada um atribui ao outro a culpa pela crise hídrica, tornando-se difícil de se concretizar a possibilidade de um plano de gestão para toda a bacia. Este artigo torna-se relevante por descrever esse conflito, buscando trazer dados atualizados da situação, e refletir sobre ele por meio da economia ecológica, como foi explicitado, a fim de diminuir as assimetrias no uso da água pautando-se por uma visão sustentável, sem perder de vista a importância das atividades econômicas locais e regionais.

**Palavras-chave:** Economia Ecológica; Conflito; Centralina; Recursos Hídricos